

APADEP Atividades 1º Semestre de 2020



Diretoria 2018 - 2020



Prezado/a associado/a,

O primeiro mandato à frente da Associação foi de enorme aprendizado e realizações. Um período de muitas dificuldades diante das crises política e econômica e da pandemia de Covid-19, mas de muita dedicação da Diretoria e a retomada do sentimento de pertencimento dos/as associados/as em relação à APADEP.

A valorização da comunidade criada por Defensoras e Defensores Públicos foi o núcleo de todas as ações e iniciativas da Diretoria que conduziu a APADEP entre 2018 e 2020. Sempre aberta ao diálogo com os/as colegas, promoveu-se uma atuação horizontal e que soube representar a carreira nas mais diversas instâncias, internas e externas, da política e do sistema de justiça.

Criativa e proativa, a gestão inovou em ferramentas de comunicação e ocupou espaços importantes nos principais meios de informação do país. Dedicada e atuante, a Diretoria representou com inteligência política e qualidade técnica a Defensoria Pública de São Paulo nas reformas previdenciárias, na atuação perante o FOCAE e na construção nacional da Instituição por meio da ANADEP. A preocupação com a saúde e condições de trabalho dos/as associado/as e inovações tecnológicas na prestação dos serviços tornou-se marca relevante da Associação no último semestre da gestão que se encerrou em julho. Reeleita pela carreira, essa Diretoria seguirá atuando em favor de cada associado/a e fiel ao sentimento de pertencimento de todas e todos à APADEP e à Defensoria.

AUGUSTO BARBOSA
Presidente da APADEP



Pandemia de Covid-19

No dia 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) decretou a pandemia de Covid-19 e o número de casos de pessoas infectadas em São Paulo e em todo o país começou a crescer bastante. O distanciamento social e as diversas medidas adotadas pelas autoridades sanitárias promoveram grande mudança na dinâmica de trabalho dos/as Defensores/as Públicos/as.

Bastante atenta às determinações dos órgãos públicos, incluindo os do Sistema de Justiça, a Associação teve atuação relevante e rápida para propor soluções que permitissem a continuidade dos serviços institucionais, mas protegessem a saúde e vida dos/as associados/as.



Atuação Perante a Defensoria Pública-Geral

Extremamente preocupada com a situação e impactos sobre os/as Defensores/as e a Instituição, assim que foi decretada a pandemia pela OMS, a APADEP imediatamente protocolizou ofício junto à Defensoria Pública-Geral para sugerir e pedir diversas providências como a permissão para a realização de trabalho remoto, especialmente para os/as Defensores/as integrantes dos grupos de risco, além de aquisição de equipamentos de proteção individual.

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no dia 19 de março, determinou que os Tribunais adotassem o modelo de teletrabalho, regulamentado em seguida pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. Como a primeira regulamentação da Defensoria Pública previa atendimentos presenciais e deslocamentos de associados/as às Unidades, a APADEP encaminhou ofício, no dia 21 daquele mês, em que pediu a adoção de atuação remota integral, o que foi acatado em seguida pela Administração Superior, bem como diversas outras providências.

A Associação também solicitou ao Presidente do Conselho da Escola da Defensoria Pública do Estado de São Paulo (EDEPE) atualização normativa dos programas pró-hardware e pró-software para redimensionar o valor de reembolso, reduzir o lapso temporal para reembolso e ampliar o programa para a aquisição de desktop e segunda tela.

A APADEP, buscando diálogo com a Administração Superior, solicitou, ainda, mediante ofício, uma nova análise sobre as férias compulsórias aos/às estagiários/as de direito e sobre a impossibilidade de remarcação ou cancelamento das férias dos/as associados/as.

Em abril, após suspensão das atividades de especial dificuldade de atuação nos CCM's, CRM's, CIC's, CRAVI's e das atividades da COMISTA, a APADEP publicou Nota contrária à suspensão e pedindo transparência sobre a arrecadação do Fundo de Assistência Judiciária (FAJ) e medidas administrativas pensadas pela Administração Superior.

Com as atividades ainda suspensas, a APADEP pediu a retomada dos atendimentos e pagamento das respectivas gratificações, após verificar que todos os centros estavam realizando atendimentos de forma adaptada ao distanciamento social.

Atuação Perante o Conselho Superior

As sessões do Conselho Superior passaram a ser realizadas por videoconferência e a APADEP atuou de maneira propositiva e qualificada nesses encontros.

Além de destacar os pedidos feitos à Defensoria Pública-Geral, dando-lhes mais publicidade e permitindo que os/as Conselheiros/as também se manifestassem a respeito, a Associação trouxe ao Colegiado demandas diárias dos/as Defensores/as Públicos/as relacionadas à atuação remota.

Dentre elas, destacam-se questionamentos e propostas sobre as audiências virtuais, especialmente nas áreas criminal e infracional; fluxo de atendimento remoto; acesso a equipamentos de informática das unidades; apoio da CTI e uso de novas tecnologias de comunicação e informação; possibilidade de provisionamento em casos de mandados para além das hipóteses de colidência.

A APADEP também fez questionamentos sobre a arrecadação do FAJ e gastos orçamentários da Defensoria Pública, sempre exigindo transparência e diálogo com a carreira.

Atuação Perante a Alesp

Após a reforma da previdência e diante da pandemia de Covid-19, a atuação na Alesp foi readaptada ao distanciamento social. A APADEP manteve o diálogo com deputados/as por meio de contatos telefônicos e de mensagens e monitorou projetos que poderiam ter impactos sobre o orçamento da Instituição e da EDEPE, bem como prejuízos remuneratórios aos/às associados/as. Inicialmente, nenhum destes projetos foi aprovado na Assembleia Legislativa e alguns foram retirados.

O Fórum Permanente das Carreiras de Estado (FOCAE) manteve reuniões semanais que trataram também da dinâmica política na Alesp e no Governo Estadual.

Audiências virtuais

Além de exigir uma postura mais incisiva da Defensoria Pública-Geral em defesa das prerrogativas dos/as Defensores/as Públicos/as e das garantias processuais dos/as usuários/as, a APADEP atuou na elaboração de Nota Técnica da ANADEP sobre a realização de audiências virtuais criminais e infracionais.

O material foi encaminhado ao Conselho Nacional de Justiça e também apresentado ao Colégio Nacional de Defensores Públicos-Gerais (CONDEGE).



FOCAE mantém reuniões durante o período de afastamento social ▶

A pandemia gerou impactos socioeconômicos graves para os setores sociais mais vulnerabilizados e atendidos pela Defensoria Pública.

Ciente dessa situação e do seu compromisso e dever social, em conjunto com a Ouvidoria-Geral da Defensoria Pública, a APADEP organizou a Campanha Conexão Solidária que contou com apoio de Defensoras e Defensores e arrecadou, entre abril e junho, mais de 16 toneladas de alimentos e produtos de higiene e limpeza que foram doados para famílias de grupos em situações diferentes de vulnerabilidade, em diversas localizações da capital, região metropolitana e litoral, além de pessoas em situação de rua do centro de São Paulo e algumas cidades do interior.

Entregas da campanha beneficiaram milhares de famílias ▶



CONEXÃO SOLIDÁRIA
SÃO PAULO

Campanha de arrecadação de doações para a compra de cestas básicas, kits de higiene e de limpeza para a população vulnerável de São Paulo afetada pelos efeitos decorrentes da pandemia de COVID-19.

Faça sua doação!

Realização: **APADEP** **OUVIDORIA**

Antes da pandemia

A APADEP manteve o estreito laço com a Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (ANADEP) no primeiro semestre de 2020. Em conjunto, a Associação Paulista e a nacional organizaram a articulação em temas de relevância no cenário nacional como o ajuizamento de ação direta de inconstitucionalidade em face de aspectos do pacote anticrime, além da atuação enquanto *amicus curiae* em outros temas das recentes alterações legislativas criminais e processuais penais debatidos perante o Supremo Tribunal Federal, como o juiz de garantias. O presidente Augusto Barbosa participou de reunião com o presidente da Suprema Corte, Ministro Dias Toffoli, a respeito dessas questões.

A APADEP também esteve presente na proteção do Fundo de Assistência Judiciária (FAJ) para que não fosse impactado pela denominada PEC dos Fundos. Aprovada no Congresso Nacional, a reforma constitucional acabou não atingindo o orçamento da Defensoria Pública.

Durante a pandemia

A atuação associativa foi extremamente relevante para impedir cortes salariais. Apesar do interesse do Ministério da Economia e do Presidente da Câmara dos Deputados, a atuação da APADEP ao lado da ANADEP e de demais entidades que representam os/as servidores/as públicos/as logrou impedir diminuições remuneratórias durante o andamento do Projeto de Lei Complementar 39/2020. Também não houve prosseguimento na tentativa de votar o Projeto de Lei denominado Extrateto.

O PLP 39, posteriormente transformado na Lei Complementar 173/2020, resultou no congelamento dos vencimentos dos servidores até o final de 2021, mas logrou-se permitir a continuidade das promoções e se evitou, além dos cortes salariais, impactos sobre a autonomia orçamentária da Defensoria Pública.

As entidades passaram a avaliar o melhor momento para judicializar a questão perante o STF.

Reforma da Previdência Estadual

A despeito do recesso legislativo e da suspensão da Reforma da Previdência estadual por ordem judicial, a APADEP e as entidades que integram o FOCAE se mantiveram mobilizadas em torno da Reforma da Previdência estadual. Houve encontros entre representantes associativos em janeiro para debater os possíveis cenários políticos, organizar a atuação conjunta e preparar material.

Como resultado dessas articulações, em fevereiro, foi lançada a Frente em Defesa do Serviço Público, com mais de 56 entidades e ações desenvolvidas ao lado do FOCAE. A diretora financeira Débora Pezzuto representou a APADEP no ato de lançamento oficial da Frente, na Alesp.

O FOCAE também elaborou cartilha com as emendas trabalhadas pelas entidades, que visavam reduzir as desvantagens trazidas pela Reforma, e que foram distribuídas aos/às parlamentares. Praticamente todos/as os/as Deputados/as foram visitados na primeira quinzena de fevereiro.

Novas portas foram abertas para o diálogo. Nesse sentido, o FOCAE foi recebido no Palácio dos Bandeirantes pelo Secretário e Chefe da Casa Civil, Antonio Carlos Rizeque Malufe, oportunidade em que foi possível repassar diretamente ao Governo as reivindicações das entidades.



▲ Augusto Barbosa cede entrevista sobre a Reforma da Previdência, na Alesp.



Rafael Galati e Debora Pezzuto participam de divulgação da cartilha do FOCAE para parlamentares.



Reforma da Previdência Estadual

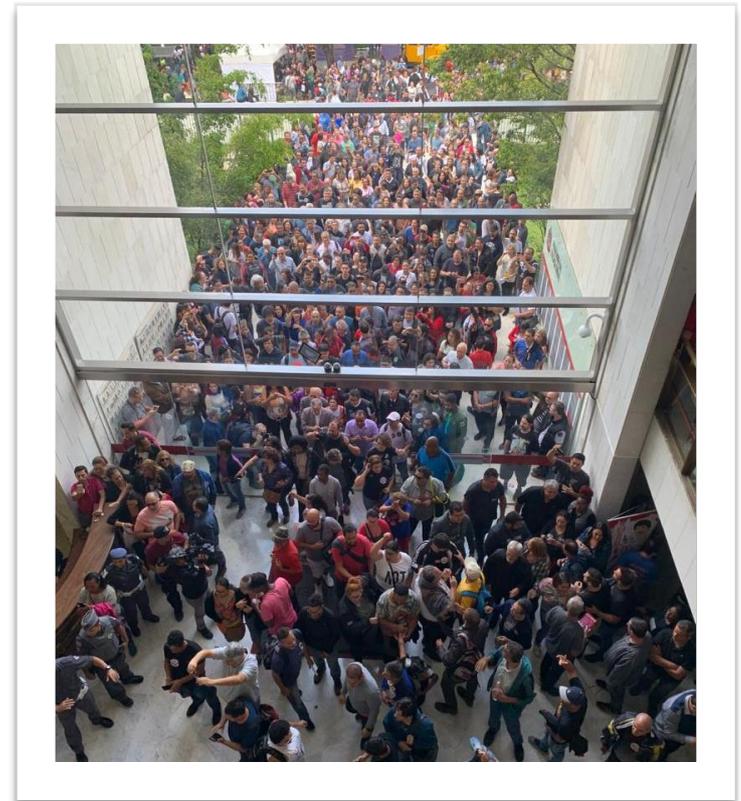
Após permissão judicial, a Reforma foi retomada no final de fevereiro e a aprovação da PEC 18/19 em primeiro turno teve que superar intensa mobilização e força política da APADEP e entidades do FOCAE, tanto que foram promovidas algumas alterações, como a inclusão do direito adquirido, e o Governo não conseguiu mais do que os 57 votos necessários para aprovação inicial.

A mobilização também fez com que o Governo e sua base de apoio na Alesp recuassem e adiassem a votação da PEC em segundo turno. O FOCAE, então, foi convidado pelo Vice-Governador do Estado, Rodrigo Garcia, e o líder do Governo, deputado Carlão Pignatari, para reunião no Palácio dos Bandeirantes.

Em março, em um dia bastante tenso e violento no interior da Assembleia Legislativa, a PEC acabou sendo aprovada em segundo turno. O PLC 80/19, que complementava a reforma, foi aprovado pelos/as deputados/as posteriormente, com modificações trazidas pelas emendas do FOCAE.

A APADEP e o FOCAE organizaram, a partir de então, a estratégia a ser adotada para judicializar diversos aspectos da Reforma. Decidiu-se propor ações variadas perante o Tribunal de Justiça de São Paulo, divididas por tema. A primeira protocolizada trata da inconstitucionalidade das alíquotas progressivas e foi adotado o rito abreviado para análise do mérito.

A Associação, paralelamente, elaborou novo material informativo sobre a reforma e realizou, novamente em conjunto com o DRH da Defensoria Pública, evento público aos/às associados/as. A partir do material da APADEP, o FOCAE também elaborou uma cartilha explicativa a todos os servidores das carreiras típicas de Estado.



▲ *Tumulto marca a aprovação da Reforma da Previdência na Alesp.*

Desvinculação da OAB

O Supremo Tribunal Federal conferiu repercussão geral ao tema da desvinculação das Defensoras e Defensores Públicos dos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil no Recurso Extraordinário 1.240.999 interposto pela OAB/SP em face da decisão do Superior Tribunal de Justiça que foi favorável ao pleito da APADEP (tema 1074).

Com apoio da ANADEP, a Diretoria da APADEP e o escritório de advocacia Innocenti realizaram audiência com o Ministro Alexandre de Moraes, relator do recurso, e com o Procurador-Geral da República. Em maio, o Ministério Público Federal manifestou-se favoravelmente ao pleito da APADEP.

A APADEP também entregou memoriais a todos os outros Ministros da Suprema Corte e solicitou audiências. Logo após o encontro com a Chefia de Gabinete do Ministro Gilmar Mendes, foi colocada na pauta de julgamento a Ação Direta de Inconstitucionalidade 4.636, que também trata da desnecessidade de inscrição dos/as Defensores/as Públicos/as de todo país na OAB.

A Associação, então, reuniu-se com a Ministra Carmen Lúcia e o presidente Augusto Barbosa participou direta e ativamente da organização da estratégia de atuação final da ANADEP, outras associações estaduais, Defensoria Pública da União, Defensoria Pública de São Paulo e Defensoria Pública do Rio de Janeiro.

A partir do material entregue pela APADEP ao Ministro Gilmar Mendes e do diálogo com sua Chefia de Gabinete, o Ministro apresentou voto favorável à autonomia da Defensoria Pública e desvinculação dos seus membros dos quadros da Ordem.

No dia 10 de junho, o Plenário do STF votou, por unanimidade, pela desnecessidade de inscrição na OAB para que os/as Defensores/as Públicos/as exerçam suas funções.

Outras Atuações Institucionais

Antes e durante a pandemia, a APADEP continuou representando os interesses dos/as associados/as em diversas frentes institucionais.

A Associação acompanhou com bastante atenção o processo eleitoral de escolha do novo Defensor Público-Geral e dos membros do Conselho Superior, bem como da Ouvidoria-Geral.

A Diretoria organizou debate por videoconferência com o único candidato à Defensoria Pública-Geral, possibilitando a participação direta dos/as Defensores/as por meio de perguntas e acompanhamento ao vivo do evento.

A Associação, ao lado disso, passou a divulgar em seus canais de comunicação um resumo das discussões ocorridas no GT de atribuições criado pelo Conselho Superior. A medida foi fundamental para que os/as associados/as tivessem ciência das discussões que não estavam sendo divulgadas institucionalmente.

Viu-se no semestre, também, a manutenção e aprofundamento da atuação conjunta com as demais entidades representativas das carreiras típicas de Estado e, com relação à representação judicial, a APADEP proporcionou aos/às associados/as estrutura advocatícia qualificada para o ingresso de inúmeras ações individuais.

No âmbito coletivo, além das questões relativas à Reforma da Previdência, seguiu-se no acompanhamento das ações sobre o subteto e sobre a possibilidade de migração do regime próprio de previdência social para o complementar, dentre outras. Nova lista de desvinculação da OAB, ademais, foi encaminhada à justiça federal, ampliando o número de beneficiados/as.



▲
APADEP realiza entrevista com o candidato a DPG.

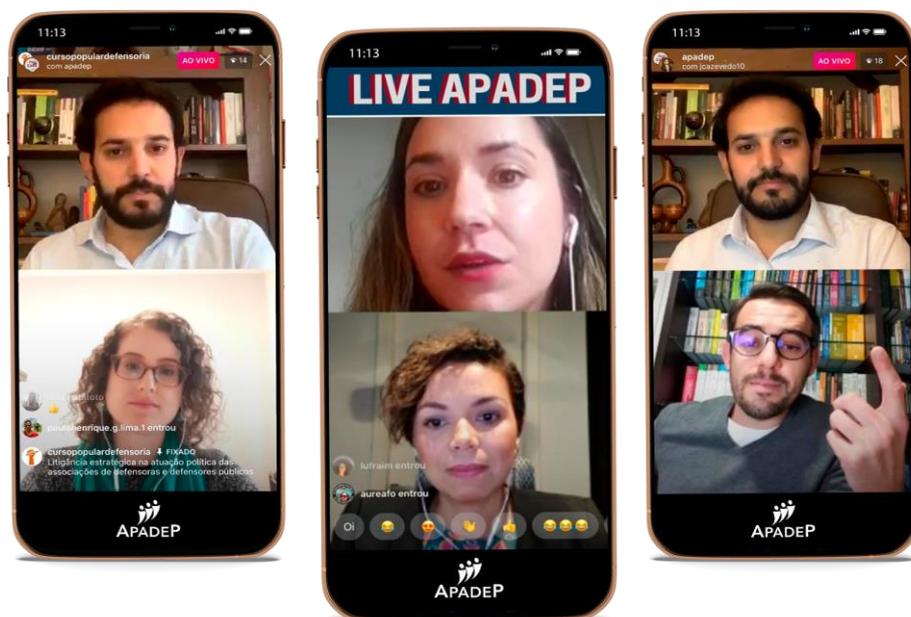
A APADEP acompanhou o movimento de comunicação adaptado ao período de distanciamento social e home office e programou lives semanais no seu canal do Instagram, com a participação de associados/as e convidados/as, para celebrar o mês da Defensoria Pública. Foram discutidos temas como acesso à justiça e direitos reprodutivos e sexuais, além de apresentação da Campanha Conexão Solidária.

Também foram divulgados webinários organizados pela ANADEP durante a semana do dia da Defensoria Pública, com a participação de colegas de São Paulo e de todo país, e destaque para participação dos Ministros Gilmar Mendes e Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal, e da presidente da Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal, Senadora Simone Tebet (MDB/MS).

A Associação também participou de eventos para os quais foi convidada, a exemplo da live organizada pela Ouvidoria-Geral, em seu canal no Facebook, sobre os 14 anos da Defensoria Pública em São Paulo e do debate sobre A Atuação

da Defensoria Pública Durante a Pandemia, nos canais do YouTube e do Facebook do Portal Migalhas.

A diretora financeira Débora Pezzuto e o presidente Augusto Barbosa ainda realizaram uma live sobre a Litigância Estratégica na Atuação Política e Judicial das Associações das Defensoras e Defensores Públicos no canal do Instagram do Curso Popular Defensoria.



O planejamento da Diretoria Social e Cultural para o primeiro semestre de 2020 estava repleto de eventos, mas as regras de distanciamento social fizeram com que fossem adiados ou reformatados.

Antes da pandemia, contudo, foi promovido o já tradicional Almoço das Mulheres, que foi realizado no “Soul Kitchen Lab” e recebeu mais de 50 associadas numa tarde de confraternização. Para contemplar as associadas que estão mais distantes da capital, a APADEP sorteou reembolso de almoços/jantares para as que residem e atuam no interior e litoral.

No dia 14 de março ocorreu, ainda, na sede social da Afresp, o I InterFocae. Organizado pelo FOCAE, o evento esportivo e de confraternização levou mais de 150 Defensores/as Públicos/as, magistrados/as, membros do Ministério Público, Procuradores/as do Estado, Delegados/as de Polícia, Fiscais de Renda, servidores da Alesp e Peritos Criminais a disputarem diversas modalidades esportivas. A APADEP foi a campeã geral com títulos no tênis e tênis de mesa e o vice-campeonato no futebol Society. Ao final aconteceu um churrasco de confraternização entre todos/as.

Já durante a vigência das regras de distanciamento social, a APADEP organizou mais uma edição das aulas de dança, dessa vez de maneira virtual.

APADEP é campeã geral do primeiro evento esportivo entre carreiras.



Tradicional almoço das mulheres reúne mais de 50 colegas.

Relacionamento com o/a Associado/a

Além dos eventos, a APADEP manteve sua política de subsidiar a vacina da gripe aos/às associados/as, antecipando-a, inclusive, em razão da pandemia de Covid-19.

A Associação passou também a divulgar, a exemplo do que já vinha ocorrendo com a publicação de livros, artigos subscritos por associadas e associados em seus canais de comunicação, incentivando as atividades acadêmicas.

No mês da Defensoria Pública, a Associação sorteou *notebooks*, segundas telas e *softwares* aos associados e associadas, buscando fornecer melhor estrutura aos/às colegas durante o teletrabalho.

Posse do VIII Concurso

A Diretoria da APADEP recebeu colegas aprovados/as no VIII Concurso no início deste ano para apresentar a Associação e a Instituição, demonstrando acolhimento.

Em março, durante sessão do Conselho Superior, foi realizada a posse administrativa dos/as 28 novos/as Defensores/as Públicos/as, momento em que o presidente Augusto Barbosa deu as boas-vindas aos/às colegas e se colocou à disposição.

A Associação acompanhou de perto o início das atividades, desde o curso de formação até a escolha de vagas, prestando o suporte necessário. Assim como aconteceu com a turma do VII Concurso, todas/os Defensoras/es nomeadas/os pelo VIII Concurso filiaram-se à APADEP.

Diretoria conversa com representantes do VIII concurso.





11. 97619.2515



<https://www.instagram.com/apadep/>



<https://www.facebook.com/apadep>



Praça Manoel da Nóbrega, 16 - 6º andar - Sé

clique para acessar

Muito Obrigado